

NOTAS E INFORMAÇÕES

A força das greves no setor público



Paralisações começam a prejudicar a economia e exigem do governo mais do que promessas

A greve dos funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) já começa a gerar perdas que ultrapassam a área ambiental. Já se sabia da queda vertiginosa

nos autos de infração na Amazônia Legal e da paralisação das atividades de prevenção de incêndios e catástrofes naturais, mas os impactos têm atingido, também, a atuação de setores relevantes da economia.

Na área de óleo e gás, a falta de licenças ambientais necessárias à instalação e operação de projetos impede a extração de 40 mil barris de petróleo diários, segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), um prejuízo estimado em R\$ 2,2 bilhões. A devolução de uma sonda por uma das associadas da entidade gerou 20 demissões, segundo o *Estadão*, mas há também usinas termelétricas e eólicas à espera de autorizações e milhares de veículos importados parados em portos aguardando a conclusão do desembarque.

Em greve há 120 dias, os servidores do Ibama não são um caso à parte. Há ao menos 15 categorias do funcionalismo público mobilizadas por aumentos salariais – no Tesouro Nacional, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Controladoria-Geral da União (CGU), entre outras. Há um mês, professores e servidores técnico-administrativos de boa parte das universidades federais também estão em greve.

Depois do arrocho promovido pelo governo de Jair Bolsonaro, um dos primeiros atos da atual administração foi a concessão de um reajuste linear de 9% a todo o funcionalismo no ano passado por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. Foi um reconhecimento parcial das perdas salariais que os servidores tiveram nos últimos anos, mas insufi-

ciente para recompor o poder de compra da maioria deles.

Parte do problema se deve ao sucesso de reivindicações pulverizadas de órgãos como a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Banco Central, que conseguiram garantir benefícios específicos para o seu corpo técnico. Por óbvio, cada demanda atendida se torna um incentivo para que as demais categorias também cobrem sua parte.

Tantas mobilizações em paralelo expõem a dificuldade do governo Lula da Silva em lidar com uma insatisfação crescente no funcionalismo, especialmente das categorias mais numerosas e daquelas cujos salários médios estão muito distantes dos pagos na elite do serviço público – leia-se Legislativo e Judiciário. Também fica difícil explicar que não há espaço fiscal para recomposição salarial depois que os mais bem remunerados no Executivo são contemplados por bônus de eficiências e reestruturações de carreira.

O movimento, no entanto, foi atizado pelo próprio presidente Lula. Só muito depois de dizer que não tinha moral para se posicionar contra as greves que Lula da Silva passou a sustentar que o governo tem limitações e que “não produz dinheiro, arrecada do povo”. Fica difícil cobrar racionalidade dos servidores depois disso, mas o governo terá de encontrar com urgência uma solução para esse imbróglio que ele mesmo encorajou em uma de suas principais bases de apoio. ●

Tributos Folha de pagamento

Municípios querem manter desoneração neste ano

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) apresentou ontem proposta ao governo federal de escalonamento

da tributação que incide sobre a folha de salários das prefeituras a partir de 2025. Neste ano, pela proposta da enti-

dade, continuaria valendo a tributação reduzida de 20% para 8% – como aprovado pelo Congresso Nacional no

ano passado. Depois disso, haveria uma reoneração gradual, até o teto de 14% em 2028. Esse percentual final não foi aceito pela equipe econômica, que deve realizar hoje nova reunião sobre o tema.

A ala política do governo

tem pressa para fechar um acordo ainda nesta semana e evitar o desgaste do governo com um contingente numeroso de prefeitos que deverão ir a Brasília na próxima semana para a Marcha dos Prefeitos. ●

MARIANA CARNEIRO e ALVARO CRIBEL/BRASILIA

e investidor
ESTADÃO

Planilha de gastos
e investidor

Controle seus gastos mensais de forma rápida e fácil

ACESSE JÁ!

Windows 11

A VAIO recomenda o Windows 11 Pro para empresas

O melhor da tecnologia, projetado para os seus negócios

O Windows mais seguro de todos os tempos.

VAIO® PRO PX

- 12ª Geração de Processadores Intel® Core™
- Windows 11 Pro
- Armazenamento SSD de até 512GB PCIe Gen4
- Memória RAM de até 64GB DDR4

LOCAÇÃO À PRONTA ENTREGA
Entre em contato e conheça as ofertas
0800 721 1577 | (41) 99149 5371
corporativo@br.vaio.com

intel CORE i5 CORE i7 CORE i3
Família de processadores Intel® Core™

35 ANOS **POSITIVO TECNOLOGIA**
A inovação que você vive.

VAIO e VAIO são marcas registradas da Sony Corporation. Os computadores VAIO, fabricados no Brasil pela Positivo Tecnologia S.A., seguindo todos padrões de qualidade da VAIO Japão, possuem garantia básica de um ano para peças e mão de obra, sendo nove meses de garantia contratual e 99 dias de garantia legal. Para acessar a Internet, o cliente deve possuir uma linha telefônica fixa ativa e arcar com os custos de pulso e/ou interurbano ou contratar o serviço de banda larga de sua preferência, adquirindo os periféricos necessários para o uso do serviço. Microsoft e Windows são marcas registradas da Microsoft Corporation nos EUA e em outros países. Intel, o logotipo Intel e Intel Core são marcas controladas da Intel Corporation ou de suas subsidiárias. Produto beneficiado pela legislação de Informática. Imagens meramente ilustrativas. Maio/2024.

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS
Presidência do CNM: +55 (61) 279-4604
CNPJ nº 07.000.000/0001-00

pressreader